



MUNICÍPIO DE TONDELA

ATA N.º 8 /2021

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2021**

MEMBROS PRESENTES:

António Egrejas Leitão Amaro
Maria Helena de Campos Coimbra
Felisberto Henriques Figueiredo Marques
Rui Alberto Nunes dos Santos
Andreia Sofia Neves de Sousa
Ana Rita Marques Viegas Rosa
Sérgio de Sousa Rodrigues
Marta Franco Coimbra Marques
Guilherme Coimbra Vasconcelos Duarte
Amândio José Ferreira Loureiro
Mariana Mateus Fidalgo Simões
José António Coimbra de Matos
Carlos Manuel Antunes Amaral
Maria da Conceição Ribeiro Gomes
Francisco Duarte da Fonseca
Nelson Pereira Martins
Maria Cristina Marques Ferreira Simões
António de Almeida Dias
Martinho de Loureiro Rodrigues
Sandra Monteiro Lourenço
Marta Daniela Silva Antunes
João Paulo Pacheco Loureiro

(Handwritten signatures)



Fernando Santos da Silva
Adérito Silva Ribeiro
Ana Maria Marques Tavares de Leão
Gilberto Alexandre de Jesus Oliveira
Ricardo Jorge Silva Loureiro
Ricardo Moitas
Ana Maria Rodrigues Duarte
Adelino Simões Ferreira
Sandra Almeida dos Santos
Júlio Pacheco Gomes
Carlos José Loureiro Coimbra
José Carlos Ferreira
Mário Barreira Simões
Vítor Manuel Rodrigues Mota
Paulo Jorge Correia Bizarro
Paulo Sérgio dos Santos Dinis
Pedro Manuel do Vale Neves dos Santos
Paulo Roberto de Figueiredo Pereira de Carvalho

MEMBROS QUE FALTARAM:



Aos trinta dias do mês de dezembro, reuniu extraordinária da Assembleia Municipal de Tondela, em regime misto, por videoconferência e presencialmente no edifício dos Paços do Concelho, pelas 9h30, sob a presidência do senhor presidente da Mesa, António Egreja Leitão Amaro,

Antes de ser dado início à sessão, tomou posse, perante o presidente da mesa e a assembleia, por um dia, Ana Rita Viegas Rosa em substituição do membro Alfredo de Jesus Cabral.

Iniciados os trabalhos pelo presidente da mesa da assembleia, foram entregues na mesa, da parte dos senhores presidentes das juntas de freguesia de: Castelões, Molelos, Lajeosa do Dão e União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, delegações de competência que se fizeram representar por: Adérito Silva Ribeiro, Adelino Simões Ferreira, Ricardo Moitas e José Carlos Ferreira, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

1-Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2022

O senhor presidente da Câmara interveio para apresentar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2022. Disse que foram ouvidos os representantes dos Partidos assentes na Assembleia Municipal, sem funções executivas, no âmbito do Direito do Estatuto da Oposição. Referiu que a generalidade das empreitadas do Município têm deslizamento temporal com implicações na estrutura financeira do orçamento e que tais atrasos de obras, rondam os cinco milhões de euros, obras como são o caso de: Centro Tecnológico, Frente Ribeirinha, ZIM de Tondela, ETAR da ZIM do Lajedo, que deveriam estar concluídas, mas por dificuldades de acesso a matérias primas ou a mão de obra por parte dos empreiteiros, não foram executadas. Também na Região Centro, no atual Quadro Comunitário, só 60% está executado dos fundos adstritos a investimentos, pelo que terá de existir esforço para que em 2022 e 2023 possa haver uma boa execução deste atual Quadro Comunitário. Por isso, estas obras terão de transitar para o ano seguinte, consumindo recursos financeiros.

Destacou a empreitada de ampliação da ZIM de Tondela, que não tem tido grande evolução, nos últimos meses, atendendo que implica a remoção de apoios de média tensão, por parte da EDP, que ainda não efetuou tais trabalhos. Referiu que a

Câmara se candidatou ao PRR, para uma ilha de qualidade de serviços nesta ZIM, que incluirá uma comunidade de energias renováveis, orçamentado em cinco milhões de euros.

Salientou a aprovação da candidatura de requalificação do antigo edifício da Pensão Matos, na Zona História de Tondela, integrado no PEDU, e que garantirá habitações de tipologia reduzida com rendas apoiadas.

Disse que na área da saúde, a câmara submeteu candidaturas de requalificação ou pequenas ampliações, como é o caso da USF de Tondela, USF de Canas de Santa Maria e do Polo do Caramulo. Referiu que relativamente à USF de Tondela estava aprovado cerca de 600 000€, mas que por força de negociações efetuadas, tudo levar a crer que a obra poderá ser financiada pelo PRR.

Na área da educação, referiu que está concluído o projeto para a requalificação da Escola Básica 2.3. de Campo de Besteiros e que estão a tentar posicionar o financiamento da obra no novo Quadro Comunitário, para que tenha os instrumentos de apoio e suporte.

Disse que o orçamento para 2022 garante a transição de um conjunto de projetos em curso e, por outro lado, tem a ambição para atrair um conjunto de investimentos, em particular no desenvolvimento económico, nomeadamente na ZIM do Lajedo, com um conjunto de empreitadas e com uma nova zona de expansão na ZIM de Tondela. Referiu que a câmara adquiriu ao longo dos últimos tempos vários hectares de terrenos para futuras expansões das zonas industriais. Frisou que no orçamento estão definidas verbas para a futura ligação da IP3 / Raposeiras / Ribeira / Lajedo e para aquisição de terrenos para envolventes ao centro de tratamento de resíduos sólidos urbanos, de modo a poder ser projetado uma expansão, no Vale da Margunda, enquadrada na área de atividades económicas e ambientais.

Efetuiu uma referência aos valores inscritos para os transportes de alunos e para as compensações pagas às operadoras. Referenciou os valores imputados para iluminação pública, assim como os inscritos no âmbito da cultura e do desporto.

No âmbito da AINTAR, referenciou os investimentos, no valor de 2 000 000€ relativo à cota-parte do concelho de Tondela, estando em fase de procedimento o concurso público internacional para a ETAR sul de Tondela, sendo que em janeiro será lançado a concurso para a ETAR norte de Tondela. Destacou, igualmente, a rubrica de “Estudos, Projetos e Consultadorias”, referindo que está previsto a elaboração do projeto da rede de Cortiçada/Corveira e Barreiro de Besteiros, assim como para o projeto de



remodelação de Vila da Rei, Janardo e um estudo de tratamento de águas residuais para o centro de São João do Monte, garantindo que essa ETAR tenha capacidade para fazer o tratamento de limpezas de fossas que sejam necessárias de povoações vizinhas.

Seguidamente, o membro Nelson Martins, questionou o senhor presidente da Câmara sobre várias rubricas do orçamento e das GOP, nomeadamente, nas despesas “Outros” e nas GOP: do Vinhal - IPSS; das Termas de Sangemil - Requalificação; do Penedo – Saneamento; e Conclusão do saneamento da Rua da Baganha - Calvário, Lajeosa do Dão (anexo 1).

O membro Felisberto Figueiredo interveio, referindo que a proposta do executivo do Orçamento e GOP para 2022, independentemente das críticas dos vereadores da oposição, por causa dos atrasos de algumas obras do mandato anterior não se justificam. Na sua opinião e pensa que também dos Eleitos nas listas do PSD e da generalidade da população do concelho, vejo nesta proposta a continuidade de uma estratégia de desenvolvimento que o PSD vem concretizando coerentemente, nas últimas décadas. Focou algumas das obras e investimentos importantes para o concelho, nomeadamente, o Centro Tecnológico, a Qualificação da Frente Ribeirinha e o Desenvolvimento, investimento na antiga Pensão Matos e Qualificação das Zonas Industriais, a melhoria da rede viária o desenvolvimento cultural e turístico, as Unidades de Saúde Familiar, são reflexos dessa continuidade e atualizando a matriz adotada como a melhor para concretizar o desenvolvimento local.

Manifestou preocupação com a transferência de competências do Governo Central para os municípios, sem o cuidado de garantir que tal transferência venha acompanhada dos devidos recursos financeiros. Quanto à questão demográfica disse que é uma questão nacional e deveria ser considerada o maior e mais urgente problema a resolver. A política de licenciamento de obras para construção ou reconstrução também mereceu a sua preocupação, pois não se justifica o tempo que demora entre o pedido de licenciamento e a obtenção da licença.

Por fim, referiu que a proposta de Orçamento e GOP para 2022 merece a nossa aprovação, em consonância com a votação que a mesma obteve oportunamente em sede de Câmara Municipal (anexo2).

O membro José António Matos, manifestou a sua preocupação com a recolha seletiva dos Resíduos Sólidos Urbanos, propondo ações de sensibilização e/ou promoção junto da população e a distribuição de compostores comunitários e/ou compostores domésticos.



Perguntou se o Município tem intenção de adotar medidas deste tipo, para por um lado diminuir os resíduos a tratar e conseqüente redução de custos e por outro, contribuir para a proteção do meio ambiente (anexo3).

O membro Rui Santos demonstrou o seu desagrado, pelo facto de ter sido publicitado no site do município uma notícia em que dizia: “Município aprova orçamento”, repetindo o erro do ano anterior, e que considera um claro desrespeito pela Assembleia, atendendo que a Assembleia ainda não se tinha pronunciado.

Disse ao membro Felisberto Figueiredo que não compete à oposição da câmara efetuar todas as propostas para o orçamento, pois não é o seu papel. Disse, contudo, que já foram feitas algumas, tais como, a elaboração de um estudo que demonstre a atual situação dos rios, de modo a que se possa elaborar projetos de despoluição, monitorização, regularização e renaturalização das galerias ripícolas, para possíveis candidaturas. E, referiu que sobre essa proposta nada consta em orçamento.

Referiu que a execução orçamental dos serviços desconcentrados rondava os 70%, e lembrou que a Câmara ronda os 40%, tal como outros municípios.

Por fim, disse que iriam efetuar uma declaração de voto, para justificar a votação.

De seguida, interveio o membro Paulo Dinis dizendo que relativamente ao orçamento, existe uma rubrica destinada à Semana Gastronómica do Cabrito, que considerada positivo, e que devem ser criadas medidas e incentivos para a criação de cabritos, de modo a dinamizar o setor e de forma a evitar escassez de animais.

Questionou o senhor presidente da Câmara sobre a necessidade de requalificação de vias na União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho.

Manifestou a sua opinião sobre a necessidade do reforço dos montantes previstos para “Manutenção de linhas de água”, para o saneamento em São João do Monte, para as “Faixas de Gestão de Combustíveis” e para o combate à “Vespa Velutina”.

O senhor presidente da Assembleia disse que relativamente à transferência de competências para as autarquias locais, de acordo com a Lei nº 50/2018, no seu artigo 2º alínea f), é garantido a transferência de recursos financeiros e humanos adequados. Referiu que de acordo com informação dada pelo senhor presidente da câmara, no Conselho Municipal da Educação, o Governo garante a transferência de meios, mas que aparentemente não são suficientes, pelo que deverá haver necessidade de recorrer a verbas próprias do município, pelo que alertou para a possibilidade de poder existir um problema de legalidade da execução da transferência de competências.



Solicitou que o senhor presidente da Câmara clarifique, se as rubricas: “A Assembleia Municipal de Jovens” e as “Assembleias Municipais descentralizadas” estão devidamente dotadas.

De seguida, o membro Andreia Sousa, referiu que a proposta do executivo do Orçamento e GOP para 2022 se destaca pelo investimento nos diferentes vetores: na saúde, na educação, no desporto e na cultura, na coesão social, na atração de empresas, na criação de emprego.

Elencou os vários projetos em andamento e a desenvolver: seja a ampliação da ZIM de Tondela que traz condições para o acolhimento de novas empresas, a Frente Ribeirinha, o Centro Tecnológico, a requalificação da USF de Canas de Santa Maria, da USF de Tondela e de vários edifícios escolares, a requalificação e ampliação das várias ETAR's, a criação de uma comunidade de energia renovável para alimentar o parque industrial, a conclusão da rede de água e saneamento do Caramulo, a requalificação do antigo edifício da Pensão Matos para habitação, os apoios às microempresas e principalmente os comércio locais, entre outros e que revelam visão estratégica e reforçam a competitividades do concelho.

Referiu que o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2020 reforça, num comparativo com todos os municípios do país, a competência de quem gere o concelho e a redução sustentada da dívida a pagar.

Por isso, o PSD reforça a confiança e votará favoravelmente o Orçamento e GOP para 2022 (anexo4).

O senhor presidente da Câmara respondeu ao membro Nelson Martins referindo que nas GOP's as rubricas estão desagregadas por classificação económica. Relativamente à IPSS de Vinhal, referiu que atendendo que a obra não se iniciou em 2021, o compromisso de 2021 transitou para 2022, não se tratando de reforço do protocolo.

Relativamente às Termas de Sangemil, lembrou o citado em anteriores assembleias municipais, e que foi feita uma atualização da carta de afetação à REN por se tratar de escassos metros, esperando que brevemente o parecer final da APA esteja emitido, para que seja lançada a obra concurso, sendo que parte dela, no âmbito da eficiência energética, tem financiamento. Lembrou que no processo de contratação de empréstimo estão definidas verbas para esta empreitada, esperando que a sua execução possa iniciar-se entre abril e maio, detalhando os trabalhos que a executados.

Relativamente à obra de abastecimento de água e da rede de águas residuais ao Penedo, referiu que está um projeto a ser desenvolvido e prevê a construção de um reservatório para garantir o abastecimento de água e um sistema de tratamento de esgoto. Quanto à rede de saneamento para a rua da Baganha, referiu que no orçamento há uma classificação “Extensões de rede e manutenções de rede”, para obras de menor dimensão financeira.

Ao membro Felisberto Figueiredo, disse concordar com a sua apreciação, que considera bastante positiva e sólida, sobre o projeto de desenvolvimento do concelho. Referiu que, do seu ponto de vista, sem geração de emprego, nunca haverá fixação de pessoas. Deste modo, disse que é com base nesse objetivo que houve forte empenho na atração de investimento, na captação de novas empresas, por ser condição necessária para o desenvolvimento do território. Naturalmente que, em função desse objetivo a criação da qualidade de vida e de resposta a nível da habitação continuam a ser desafios para que se possa sustentar o impacto desta estratégia.

Referenciou o problema demográfico do país e do desenvolvimento hiper litoralizado.

No âmbito da requalificação urbana e do desenvolvimento dos núcleos primitivos das freguesias, disse que deve haver habitação a custos controlados, mas que em alguns domínios é possível desenvolver soluções habitacionais em alguns aglomerados de freguesias.

Quanto às transferências de competências, referiu que o orçamento prevê um montante de cerca de 2 000 000€, que advém da carga salarial que resulta dessa transferência de competências. Disse que no ano de 2022, o diferencial não será muito significativo e que prevê que possa ser cerca de 300 000€, porque a sua transmissão será a 1 de abril e não há uma maturidade profunda dos impactos que daí advém. Referiu que no domínio da educação, o que está mais evidente é o rácio dos assistentes operacionais que estão ajustados por todo o agrupamento, pelo que vai existir necessidade de colocar recursos humanos do município para acompanhar atividades em algumas escolas. Disse que falta clarificar a comparticipação da ADSE, atendendo que nas autarquias o pagamento é feito pela Câmara, sendo que o desconto dos funcionários reverte a favor da ADSE. Ora para os funcionários da educação que vão ingressar para o mapa de pessoal do município, não está definido quem paga as devidas comparticipações. Disse, igualmente, que não é possível mobilizar funcionários que estejam atualmente a laborar num agrupamento para o outro agrupamento se o colaborador manifestar oposição à

vontade. Referiu que a competência de transferência não abrange equipamento desportivo, informático, nem apetrechamento de laboratórios, assim como organização pedagógica ou escolar.

No caso da saúde, disse que o concelho tem três pólos de saúde e três USF, com défice de recursos humanos, pelo que muitos serviços, principalmente os da limpeza, estão a ser desempenhados por empresas externas. Referiu que após a consolidação da transferência de competências, as várias unidades irão reivindicar o alargamento laboral desses serviços, provocando um maior diferencial do impacto financeiro.

Relativamente, à transferência de competência na área social, disse que só se prevê que haja a afetação de um recurso humano para avaliação de ajudas extraordinárias.

Ao membro José António Matos respondeu que é estratégia do Governo a implementação dos Bio Resíduos, que são um problema grave para territórios de baixa densidade, que têm uma estimativa de custo de cerca de 200€/ tonelada. Disse que os bio resíduos obrigam a uma lavagem de contentores, por serem concentrados. Deste modo, frisou que inicialmente serão tratados os dos grandes produtores, de modo a minimizar os custos elevados. Referiu que atualmente uma tonelada de RSU custa cerca de 120€, relativo à recolha, tratamento e TGR. Sendo que a TGR irá aumentar bastante, nos próximos tempos. Disse que nos concelhos de baixa densidade a quantidade de RSU depositada em aterro é grande, sendo que muitos resíduos poderiam ser colocados em compostores privados, atendendo que muitos agregados têm quintais, junto às suas casas, mas que infelizmente poucos o fazem. Informou que a Associação de Municípios do Planalto Beirão irá distribuir pequenos compostores domésticos.

Ao membro Rui Santos respondeu que a nota de comunicação referia no título “Município de Tondela aprova orçamento de 40 000 000€”, mas que o texto diz: “A Câmara Municipal de Tondela aprovou”, justificando que se houvesse dúvida, no primeiro parágrafo da notícia, ela era dissipada.

Relativamente às verbas do PRR, referiu que como afirmado anteriormente, as verbas do PRR estão destinadas na sua maioria na envolvente dos grandes centros urbanos, atendendo que as linhas estruturais assim o definem. Contudo, o que conseguiu fazer, se deveu muito à capacidade para junto da administração central procurar posicionar projetos que possam ser legíveis, como é o caso dos projetos da saúde.

Ao membro Paulo Dinis referiu que têm conversado sobre as redes de água e saneamento e que há uma sintonia de que não é possível efetuar uma rede de

saneamento numa povoação de muito baixa densidade populacional, pela incapacidade de tratamento. Mas que se deve iniciar a rede pelo núcleo principal de São João do Monte.

Referiu que têm sido desenvolvidos diálogos com a Confraria do Cabrito e da Serra do Caramulo para fixação de projetos, na produção de cabrito e que até para que a gestão de faixas de combustíveis fossem incorporadas em projetos mais ambiciosos para a existência de gado caprino e de manutenção das mesmas.

Relativamente às verbas imputadas na rubrica “Vespa Velutina” e “Faixas de Combustíveis”, os valores são insuficientes, mas que serão reforçados em futura alteração, resultante da incorporação do saldo de gerência.

Disse que após o 25 de abril, não conheço projetos que possam ter sido tão incisivos no desenvolvimento da Serra e da Vila do Caramulo. Que os projetos de abastecimento de água e da rede de saneamento, que ultrapassa os 2 500 000€, bem como a nova estratégia de refuncionalização de ex sanatórios, demonstram uma visão estratégica ímpar para reposicionar a marca do Caramulo, como instrumento importante para fixação de pessoas, geração de riqueza e criação de emprego.

Por fim, disse que não poderia estar mais de acordo com a intervenção do membro Andreia Sousa, quando referiu a visão estratégica do território, a coesão que foi criada do ponto de vista da intervenção pública e agradeceu a referência efetuada à posição do município de Tondela no anuário das autarquias, que demonstra a solidez e rigor financeiro.

Colocado à votação as Grandes Opções do Plano e o orçamento para 2022, foram aprovados por maioria com os votos contra dos membros: Helena Coimbra, Rui Santos, Rita Rosa, Marta Marques, Amândio Loureiro, José António Matos, Maria da Conceição Gomes, Nelson Martins, Martinho Rodrigues, Fernando Silva, Ana Maria Duarte. Absteram-se os membros: Ricardo Loureiro, Mário Simões, Vítor Mota e Paulo Dinis. Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Andreia Sousa, Sérgio Rodrigues, Guilherme Duarte, Mariana Fidalgo, Carlos Amaral, Francisco Fonseca, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Moitas, Adelino Ferreira, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Paulo Bizarro, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.





O membro Rui Santos entregou uma declaração de voto do Grupo Parlamentar do PS, que se transcreve:

“Declaração de voto contra Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento da Câmara Municipal de Tondela para 2022

No meio do período da Quadra Natalícia e Ano Novo, em período de agravamento da Pandemia e depois de nos ter sido submetidas a apreciação e votação propostas do âmbito fiscal com incidência orçamental na última sessão desta Assembleia, sem qualquer indicação de que se pensava antes do final do ano colocar à apreciação e votação as GOP's e Orçamento e documentos complementares fomos agora surpreendidos com a convocação desta Assembleia Extraordinária, sem que legalmente isso fosse imperativo. Se do ponto de vista da estrita legalidade formal isso é possível, para que isso pudesse acontecer foi necessário fazer uma aprovação apressada das propostas em Sessão de Câmara, fazer uma audição para cumprir formalmente o Estatuto da Oposição proposta por telefone menos de 24 horas antes e que os documentos para apreciação tivessem sido remetidos aos membros desta Assembleia menos de 55 horas antes do seu início, prejudicando seriamente a possibilidade de os membros da mesma, na sua grande maioria pela primeira vez a integrá-la, poderem reunir e fazer uma apreciação aprofundada dos mesmos e assim preparar uma decisão de voto mais esclarecido.

Quer-nos parecer que houve muita pressa. Até parece que a situação de indefinição sobre a situação futura do Presidente da Câmara face a decisões judiciais e políticas levaram a este apressar da votação destes documentos. E a sua remessa a esta Assembleia e a forma como no próprio site do Município se noticiou que “O Município aprovou orçamento superior a 40.000.000 €” num claro desrespeito pelas nossas competências demonstram um perspectiva autocrática do “antes de ser já o era” ou do “quero, posso e mando”.

Dentro do pouco tempo que tivemos para os analisar consideramos, de forma sumária por não caber nesta declaração uma análise detalhada, que os documentos demonstram:

1 - Uma falta de visão estratégica para o desenvolvimento do concelho, que identifique claramente as necessidades prioritárias, que articule com o que de bom estar a ser feito e enquadre e justifique as opções propostas. Só assim se poderá conseguir a necessária mobilização para um desenvolvimento integrado e sustentável.

2 - Um elevado número de obras que se arrastam no tempo, que têm sofrido pela baixíssima taxa de execução das GOP's e PPI's e correspondentes Orçamentos do último mandato (os incêndios de 2017 e a Covid não justificam tudo) e muitas outras dependentes do saldo de execução orçamental, taxa porventura fortemente condicionada pelo volume de obras proteladas para mais próximo da campanha eleitoral.

2 - No domínio da habitação a custos controlados, continuamos a subaproveitar regimes de financiamento extremamente favoráveis, ao abrigo do primeiro direito. Municípios vizinhos avançam com investimentos avultados ao abrigo do 1º direito e nós ainda só abrimos rubrica orçamental para começar a pensar no assunto. Para fixar e atrair novas famílias, precisamos de habitação a custos controlados e não só na sede do concelho e não se vê nada previsto para aquisição de terrenos destinados a poder ter essa oferta pela via do investimento directo, da construção contratualizada, ou mesmo da iniciativa individual dos interessados;

3 - Falta de estratégia de desenvolvimento com lançamento de estudos e projectos para preparar e criar valor a partir dos recursos naturais e patrimoniais do concelho, desde a área ambiental no âmbito da silvicultura, ambiente geral e recuperação dos cursos de água e suas potencialidades à valorização do património edificado, demonstrando um completo alheamento pelo seu aproveitamento desregulado e pela sua notória degradação.

4 - Ausência de prioridade nas redes de água ao domicílio e de saneamento básico à vila de S. João do Monte. Deveria ser uma prioridade concelhia pois em Julho de 2022, vinte e cinco anos após a elevação a vila, S. João do Monte não pode ser deixada sozinha, à sua sorte. Precisa de um forte investimento municipal que atualize as expectativas criadas com a elevação da Vila e que revigore as cada vez mais ténues ligações territoriais.

5. Ausência de uma estratégia para o suprimento de água potável às aldeias da Serra do Caramulo e resolução dos problemas de saneamento de forma integrada e que não ponha em causa a qualidade da água, da paisagem ou da atratividade turística.

6 - Falta de participação dos munícipes. Nós teríamos proposto uma rúbrica de orçamento participativo para começar a tirar Tondela da cauda dos concelhos que incentivam a participação nas decisões.

7 - Ausência de um quadro, equilibrado e transparente, de transferência de competências e responsabilidades para as freguesias, respeitando o espírito da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, e assente numa negociação com base em critérios equitativos,

justos e aceites pelas partes. Parece que se quer continuar a investir nos protocolos e nos contratos interadministrativos, caso a caso, em função das agendas eleitorais, mantendo as freguesias sob a alçada “paroquial” do Município. Estamos plenamente convictos que a transferência de competências para as freguesias é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento harmonioso do concelho e uma forma expedita de libertar a Câmara de algumas tarefas e aumentar a sua capacidade de execução orçamental.

É para nós evidente que este orçamento e estas GOP não são adequadas às necessidades e exigências de Tondela, o que se tem traduzido na contínua perda de população, nem à ambição de desenvolvimento integrado sustentável e de qualidade de vida dos seus munícipes, nem sequer desenha um caminho de futuro, desaproveitando o enorme capital humano, cultural, ambiental, histórico e patrimonial do concelho de Tondela. Por isso votámos contra.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2- Análise, discussão e votação do mapa de pessoal para o ano de 2022

O senhor presidente da Câmara informou que o mapa de pessoal para o ano de 2022, resulta em grande parte num reforço de cerca de 160 recursos humanos, inerentes às transferências de competências, acrescido de 14 pessoas, para diversas áreas.

Colocado à votação, o mapa de pessoal para 2022, foi aprovado por maioria com as abstenções dos membros Martinho Rodrigues e Amândio Loureiro.

Votaram a favor os membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Sandra Lourenço, Marta Antunes, Fernando Silva, João Paulo Loureiro, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas Adelino Ferreira, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

3- Análise, discussão e votação do Regimento do Conselho Municipal de Saúde

O membro Rui Santos interveio para dizer que do seu ponto de vista, gostaria que o documento fosse chamado de regulamento e não de regimento. Fundamentando que de acordo com a legislação, o regimento na administração pública, são uma autorregulação interna e o documento vai para além da composição. Referiu que de acordo com a Lei 75/2013, define que os regulamentos de eficácia externa são submetidos à assembleia municipal. Disse que no caso concreto o que se está a fazer é uma regulamentação do Conselho Municipal de Saúde, se bem que não altera em nada à sua substância.

O senhor presidente da Mesa esclareceu que a designação de Regimento está correta, de acordo com o exposto no artigo 9º, número 4º, do Decreto-Lei nº 23/2019, que define que “O regimento do conselho municipal de saúde é aprovado pela assembleia municipal do respetivo município”.

O senhor presidente da câmara referiu que o artigo 9º do Decreto-Lei nº 23/2019, define a composição do Conselho Municipal de Saúde e no número 4º do citado artigo utiliza o termo de “regimento”.

Colocado à votação o regimento do Conselho Municipal de Saúde foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, Fernando Silva, João Paulo Loureiro, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, Ricardo Moitas, Adelino Ferreira, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

4- Constituição da Equipa para a Igualdade na Vida Local

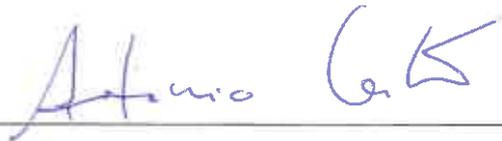
O senhor presidente da câmara informou que a CIM Viseu Dão Lafões tem um projeto a desenvolver nos 14 municípios, em parceria com a Comissão para a Igualdade e do Género, impondo-se a criação de uma equipa para a Igualdade na Vida Local.

A Assembleia tomou conhecimento da constituição da equipa para a Igualdade na Vida Local.

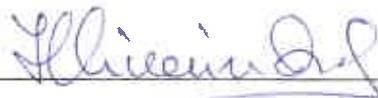
ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas doze horas, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e devidamente assinada por:

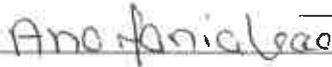
O Presidente:



O 1º Secretário:



O 2º Secretário:





awd01
P. A.
M.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados

São apresentados para análise, discussão e votação pela AM as GOP e o Orçamento para 2022, aprovadas em reunião da CM em 2021/12/27.

Apesar do reduzido tempo para análise do extenso documento, já aliás referido na citada reunião da CM pelos Vereadores do PS, não queremos deixar de colocar algumas questões:

1 – Orçamento – A que correspondem as Rubricas de despesa – “Outros”

0102 07010307 - Outros - 5.826.773€

0102 07010413 - Outros - 4.266.822€, totalizando cerca de 10M€, ou seja 24% do total do Orçamento;

2 – GOP - Vinhal - IPSS

Em reunião da CM de 2021/08/16 foi aprovado o protocolo com a Associação Social Cultural e Desportiva de Vinhal, para apoio às obras (1ª e 2ª fase) da IPSS, até ao montante de 1.180.000€, distribuídos pelos anos 2021 – 180.000€, 2022 – 250.000€, 2023 – 250.000€, 2024 – 250.000€ e 250.000€ nos anos seguintes.

No entanto, nas GOP, Rubrica 02 232 2010/1112 10/21, os valores do referido protocolo são discriminados como segue:

2022 – 430.000 € (serão 180.000 correspondentes a 2021 e 250.000 a 2022);

2023 – 250.000 €

2024 – 250.000 €

2025 – 250.000 €

2026 – 250.000 €, no total 1.430.000€, i.é, 250.000€ acima do protocolo aprovado.

Ainda que nos agrade o valor indicado, qual a justificação ?

3 – GOP - Termas de Sangemil – Requalificação

A Rubrica 03 342 2017/6 - Projecto, com previsão de início em 11/2018 e fim em 12/2023, conta com 41.800€ em 2022;

A Rubrica 03 342 2017/6 - Requalificação, com previsão de início em 4/2021 e fim em 12/2023, conta com 1.908.000€ em 2022.

Sabendo que a APA colocou alguns problemas devido a ocupação de terrenos REN, sob sua jurisdição, que por certo não justificarão todos estes atrasos, qual a situação da prevista requalificação, em particular quando estará concluído o projecto e para quando se prevê o início das obras ?

4 – Plano Plurianual de Investimentos - Penedo – Saneamento

Quais as obras previstas e data para seu início da rubrica 02 243 2018/4 – Emissário/EE/Águas Residuais/Reservatório + Rede, no Penedo – Lajeosa do Dão.

Previstos para 2022 – 7.152€;

5 – Lajeosa do Dão - Conclusão do saneamento da Rua da Baganha – Calvário

Na AM de 2021/11/26 abordei a necessidade da conclusão do saneamento da Rua da Baganha, tendo o Snr PCM referido, entre outras coisas, que remeteria o assunto para os Serviços Técnicos da CM. Contacta-se que nos documentos em análise nada consta sobre esta urgência.

Tondela, AM, 2021/12/30

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa

Exmas. Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Comunicação Social

Senhoras e Senhores

Estamos perante as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2022, aprovadas em reunião de Câmara, e que a mesma submete hoje à nossa apreciação. Depois de apreciadas, merecerão ou não, a aprovação desta Assembleia, como é da sua competência, nos termos da Lei.

Tive oportunidade de apreciar atentamente o documento e ler a argumentação que suportou a votação em sede de Câmara Municipal, merecendo-me especial atenção os argumentos da Oposição, que votou contra.

Esperava encontrar nessa argumentação propostas concretas, ou de inclusão de obras, ou de estratégias de desenvolvimento. Fiquei decepcionado, pois não consegui vislumbrar mais que não fosse a crítica para mostrar trabalho, sem rasgo na fundamentação e sem desafios de desenvolvimento, com largueza de horizontes. A crítica do atraso na realização das obras previstas para o mandato anterior já mereceram a resposta do Senhor Presidente da Câmara e não aceitar que tal se deva às condições criadas pela epidemia, ou pelo atraso no financiamento devido pelos fundos comunitários, é mera tentativa de negar a evidência, pois essa realidade viu-se e vê-se espelhada em todos os municípios, independentemente dos partidos que detenham a liderança dos mesmos e até dos órgãos desconcentrados do próprio Governo, que, na Região Centro, apresentam uma taxa de execução que ronda apenas os 60%. Tão acolhedores e tolerantes nas desculpas do Governo, como reticentes e intolerantes perante as justificações do Executivo municipal. É uma questão de postura.

Pela minha parte, e penso estar sintonizado com os sentimentos dos Eleitos nas listas do PSD e da generalidade da população do concelho, vejo nestas Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2022 apresentadas pela Câmara Municipal de Tondela a continuidade de uma estratégia de desenvolvimento que o PSD vem concretizando coerentemente, desde o último quadriénio dos anos 80, do século passado: uma boa rede de comunicação viária, atracção de investimento, nomeadamente industrial, desenvolvimento cultural e turístico, protecção e valorização dos recursos naturais, culturais e do ambiente, acesso à habitação, saúde, educação e ensino, também na vertente profissional.

O Centro Tecnológico, a Qualificação da Frente Ribeirinha e o Desenvolvimento e Qualificação das Zonas Industriais são reflexo dessa continuidade e actualizando a matriz adoptada como a melhor para concretizar o desenvolvimento local, oferecendo melhor qualidade de vida a quem aqui nasce, nasceu, ou escolheu a nossa terra para trabalhar e viver.

São investimentos que correspondem a uma visão de futuro sustentável, respeitando o ambiente, com preocupação de diminuir os impactos negativos que o crescimento pode cobrar.

O investimento previsto para as Unidades de Saúde Familiar demonstra preocupação com a melhoria dos equipamentos de prestação de cuidados de saúde primários. Desde há muito que é antecipação da assunção de responsabilidades que o Governo pretende agora transferir para as Autarquias, sem o cuidado de garantir que tal transferência venha acompanhada dos devidos recursos financeiros. Parece que tal transferência se deve mais á necessidade de se aliviar dos custos do fracasso que tem sido a resposta necessária, do que aproximar verdadeiramente dos cidadãos o acesso rápido aos indispensáveis cuidados de saúde primários.

Falando da transferência de competências para os municípios, podemos dizer que é bom aproximar os centros de decisão e fruição dos cidadãos, mas não podemos aceitar que atirem para cima das Autarquias responsabilidades, deixando as receitas dos impostos nos cofres do Terreiro do Paço e criando às Autarquias situações de verdadeiro sufoco financeiro. A realidade que se conhece é que o Estado tem um forte desequilíbrio no contingente de recursos humanos nas competências a transferir. Em consequência as autarquias, para uma resposta capaz, terão que preencher essas lacunas, sem que esteja garantido o suporte para o acréscimo de salários que isso acarreta.

A construção/qualificação dos equipamentos de tratamento de águas residuais revela atenção às necessidades e exigências que a protecção do ambiente reclama, perante o crescimento das Zonas Industriais e a crescente pressão dos aglomerados urbanos mais concentrados.

A desertificação dos núcleos urbanos mais antigos necessita de uma atenção muito especial pela degradação registada no seu tecido urbano, quase sempre de acessos difíceis e sem espaço para a acomodação de veículos, hoje indispensáveis. Impõe-se uma política concertada que vá para além daquilo que este Plano e Orçamento já prevê e deixa antever, enquanto espera pelos necessários e indispensáveis fundos do Governo e da própria Comunidade Europeia. Não podemos ficar pela construção de bairros sociais, que rapidamente se transformam em zonas urbanas degradadas. É preferível o investimento em zonas de intervenção, com critérios claros, previamente definidas, recuperando, com qualidade, habitações abandonadas ou degradadas, colocando-as no mercado de arrendamento a preços acessíveis, ou colocando-as à venda, com acesso a crédito comportável com os rendimentos do agregado familiar interessado.

Aliado ao investimento privado, permitirá acolher quem achar que Tondela oferece qualidade de vida, atraindo população, contrariando o fenómeno do gelo demográfico que afecta todo o País, com especial incidência nos concelhos do Interior, como o de Tondela. A questão demográfica é uma questão nacional e deveria ser considerada o maior e mais urgente problema a resolver.

O investimento na antiga Pensão Matos é um bom prenúncio, apesar de ter tardado muito, por força da concepção inadequada da política central de habitação, que não tem em conta a realidade dos aglomerados populacionais do interior. Também a política de licenciamento de obras para construção ou reconstrução terá que ser pensada muito seriamente, pois não se justifica o tempo que demora entre o pedido de licenciamento e a obtenção da licença. Valeria a pena um debate público, com a participação das Ordens profissionais e peritos das diferentes áreas sociais e técnicas, incluindo associações de inquilinos e de proprietários. Penso que isso poderia tornar mais fácil e mais barato o acesso à habitação condigna, condição para a fixação de população no território, desde a cidade, às vilas, aldeias e lugares mais recônditos.

Encontramos nos documentos em apreço ambição de estratégia, corajosos desafios, equilíbrio decisório e cautelosa prudência, perante dificuldades cuja ultrapassagem depende de decisões de outro nível de poder, nomeadamente no acesso a fundos comunitários. A evidente atenção às necessidades do concelho, estabelecendo prioridades e respeitando condicionantes, a Proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 merece a nossa aprovação, em consonância com a votação que a mesma obteve oportunamente em sede de Câmara Municipal.

Tondela, 30 de Dezembro de 2021

Felisberto Figueiredo



Assembleia Municipal de Tondela

02/10/21
f
M

Ex.mo Senhor Presidente da AM

Ex.mos Sras e Sr.s membros da mesa

Senhor Presidente da CMT

Senhores deputados municipais e Presidentes de Junta

Meus Sr.s e minhas Sr.as

Dado que última reunião de Câmara, o Sr. Presidente mencionou que nos últimos anos tem havido um aumento exponencial na recolha dos Resíduos sólidos urbanos, e que o concelho de Tondela representa entre 10 e 12 % do total dos concelhos que compõem o planalto beirão.

Dado que segundo as empresas do sector, cerca de 38% do total dos resíduos produzidos são resíduos orgânicos.

Dado que as metas europeias e nacionais para a prevenção e valorização dos resíduos preveem a obrigatoriedade de recolha seletiva de bio-resíduos a partir de 2024.

Dado que vivemos numa zona rural e uma grande parte da população tem um jardim ou uma horta.

Mesmo se notamos pouca sensibilidade para as questões ambientais, e tendo em conta o exposto, assola-nos uma questão específica que pode ser em parte, uma solução para a diminuição dos resíduos a tratar, desviando os resíduos urbanos biodegradáveis do aterro sanitário, a sensibilização e/ou promoção de um programa que incentive a compostagem doméstica ou comunitária.

Estas iniciativas, podem contribuir para a forma como as populações podem ser agentes ativos de mudança para um futuro mais sustentável, incentivando-as a adotarem hábitos de reciclagem do lixo orgânico que produzem, e ao mesmo tempo diminuir a pegada ambiental e contribuir para a economia circular.

À semelhança do que se faz já um pouco por toda a Europa e também já em alguns concelhos do nosso país, estas iniciativas podem passar pela instalação de compostores comunitários e/ou compostores domésticos, distribuídos pelas perspetivas populações.

Pelo exposto, gostaríamos de perguntar se o Município tem intenção de adotar medidas deste tipo, para por um lado diminuir os resíduos a tratar e conseqüente redução de custos e por outro, contribuir para a protecção do meio ambiente.

Tondela, 30 de dezembro de 2021

José António Coimbra de Matos

Deputado municipal do Partido Socialista



**Grupo Parlamentar do Partido Social
Democrata de Tondela**

020004

Bom dia a todos,

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores presentes, Membros da Assembleia Municipal, público a assistir,

Gostaria de começar a minha intervenção por parabenizar o Dr. José António pelo seu aniversário, faço votos de muitos sucessos e muita saúde.

É através do orçamento municipal que as prioridades dos tondelenses são transformadas em ações concretas.

O orçamento aqui apresentado demarca-se por dar continuidade a um concelho em franco crescimento, com uma dotação que ascende aos 41 M€ para o ano de 2022.

Coloca no plano de ação o investimento e o desenvolvimento nos diferentes vetores: na saúde, na educação, no desporto e na cultura, na coesão social, na atração de empresas, na criação de emprego.

Com todos os constrangimentos que vivemos na atualidade, desde uma crise pandémica que insiste em ficar, ao aumento exponencial do preço das matérias-primas, à falta de mão-de-obra.... Quem não viu os seus planos e projetos adiados?

Este executivo, eleito em setembro último, propõe-se, no meio de todas as adversidades, a continuar a elevar o nome de Tondela, já referência em vários quadrantes.

Podemos elencar os vários projetos em andamento e a desenvolver: seja a ampliação da ZIM de Tondela que traz condições para o acolhimento de novas empresas, a Frente Ribeirinha enquanto espaço de lazer para quem por cá vive e por cá passa, o Centro Tecnológico enquanto polo de empreendedorismo e qualificação de pessoas. A requalificação da USF de Canas de Santa Maria, da USF de Tondela e de vários edifícios escolares, a requalificação e ampliação das várias ETAR's, a criação de uma comunidade

de energia renovável para alimentar o parque industrial, a conclusão da rede de água e saneamento do Caramulo, a requalificação do antigo edifício da Pensão Matos para habitação, entre outros.

Meus Senhores,

Se isto não é desenvolvimento, então revejam o conceito. É que a falta de visão leva a que alguns digam que não.

Neste instrumento vê-se reforçada ainda a importância dos investimentos de proximidade, na sinergia entre o executivo e os diferentes organismos, sejam eles Juntas de Freguesia, Associações e IPSS's. Também as microempresas e principalmente o comércio local não têm sido esquecidos, o município muito tem feito para que estes sobrevivam à crise que se instala, através de mecanismos de apoio e incentivos.

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2022 aqui propostos revelam visão estratégica, um crescimento sustentado com foco no investimento continuado, e transversalidade em várias áreas estratégicas, que reforçam a competitividade do concelho e elevam os padrões de qualidade de vida de todos aqueles que residem, visitam, trabalham e investem no concelho ... só demonstra o que o PSD tem feito pelas nossas terras e certamente continuará a fazer!

Para os que tanto apontam o dedo à gestão do município, os números são como o algodão, não enganam. O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2020 reforça, num comparativo com todos os municípios do país, a competência de quem gere o concelho de Tondela. Uma redução sustentada da dívida a pagar, um índice de dívida total de aproximadamente 30% e um aumento do resultado operacional.

Por tudo o que foi dito, o PSD reforça a confiança e votará favoravelmente na consolidação da imagem de Tondela enquanto concelho de desenvolvimento económico e social.

Andreia Sousa

AD.
A
S